

DA INFÂNCIA À ADOLESCÊNCIA: EXPLORANDO A CRISE EXISTENCIAL DA TRANSIÇÃO

Lenita Gomes Barbosa Manika¹
Lilian Lima Bonfim Costa Schnaider²
Diego da Silva³

RESUMO: Transição da infância para a adolescência é um período de intensas transformações que impactam o indivíduo de maneira física, emocional, social e cognitiva. No aspecto biológico, o início da puberdade traz mudanças corporais evidentes, guiadas por alterações hormonais que influenciam tanto o físico quanto o estado emocional. No campo psicológico, emerge uma busca por identidade própria, com questionamentos sobre valores, crenças e relações, enquanto, no mesmo tempo em que o adolescente começa a estabelecer maior independência sobre a família. Socialmente, as interações com os pares tornam-se mais relevantes, podendo contribuir na formação de vínculos e para a definição do lugar no grupo e na sociedade. Apesar dos desafios e incertezas que caracterizam essa etapa, ela é primordial para o desenvolvimento de habilidades como senso crítico, autonomia e maturidade emocional, preparando o indivíduo para os próximos estágios da vida. Essas reflexões tornam-se ainda mais complexas pela pressão social e pela influência das relações com os pares, que passam a desempenhar um papel central na formação da identidade. A autoimagem pode se tornar frágil, muitas vezes distorcida, e o adolescente pode sentir-se dividido entre as expectativas externas e o desejo de afirmar sua individualidade. Crise existencial pode ser descrita como uma experiência intensa e desafiadora, repleta de profundas transformações internas, questionamentos sem fim e incertezas sobre o propósito e o sentido da vida. É um fenômeno que emerge quando indivíduos confrontam aspectos fundamentais de sua existência, como identidade, propósito e valores. Essa vivência é ainda mais significativa durante a adolescência, uma fase marcada por mudanças no âmbito biológico, psicológico e social. Nesse período de transição e construção de identidade, os questionamentos tornam-se mais intensos, gerando reflexões sobre o próprio lugar no mundo e exacerbando a sensibilidade em relação à autoimagem. Com isso, não é raro que as crises existenciais sejam acompanhadas por sentimentos de inadequação, confusão e, em alguns casos, sofrimento emocional, especialmente quando o jovem se depara com expectativas externas e pressões sociais. Por ser um período de grande vulnerabilidade, essas crises podem influenciar diretamente no desenvolvimento pessoal, afetando tanto a percepção de si mesmo quanto a relação com o outro. Assim, compreender e acolher esses momentos de incerteza torna-se essencial para promover uma jornada de autoconhecimento e ressignificação, contribuindo para o amadurecimento emocional e a construção de uma identidade mais sólida e resiliente. A crise existencial, nesse contexto, pode ser vista como um processo natural e, muitas vezes, necessário, que incentiva o autoconhecimento e a maturidade emocional. No entanto, é essencial oferecer suporte, acolhimento e orientação, para que o jovem possa enfrentar os desafios dessa transição de maneira saudável, encontrando respostas que fortaleçam sua identidade e promovam um desenvolvimento equilibrado.

7480

Palavras-chave: Crise existencial. Adolescência. Mudanças.

¹Discente do curso de Psicologia da UniEnsino.

²Discente do curso de Psicologia da UniEnsino.

³Psicólogo, mestre em Medicina Interna e Ciências da Saúde pela UFPR. Docente do curso de Psicologia da UniEnsino.

I INTRODUÇÃO

Falar sobre a transição da infância para a adolescência parece algo simples, como uma receita de bolo, ler um livro, ver um filme, mas não é tão fácil assim, essa fase é uma das mais temidas pelos cuidadores, chega como uma caixa cheia de surpresas, momento conturbado tanto para a criança, quanto para seus cuidadores, confusa por não saberem como lidar com tantas mudanças, é quando inicia a crise de identidade, quem eu sou? Surgindo questões, como, ora o indivíduo é repreendido por ser considerado imaturo, (não pode ir ao shopping com os amigos), ora é cobrado, para ter maiores responsabilidades, por já ter idade suficiente para responder pelos seus atos.

A infância e adolescência teve seu início de conceito como uma criação da sociedade industrial, vinculada às leis trabalhistas e ao sistema educacional, tornando o jovem dependente da família. Como aponta Ariès (1986), a adolescência ganhou aprovação com a expansão da escolarização, que estabeleceu uma distinção com uma maior percepção entre adultos e jovens em formação. Transformação qual está relacionada com a estrutura familiar burguesa, que separou o ambiente doméstico e excluiu as crianças do mercado de trabalho. Inicialmente restrito às classes mais abastadas, esse modelo foi de forma gradativamente incorporado por toda a sociedade, estruturando uma organização social (Ariès, 1986).

7481

O que significa ser criança? Quais são seus pensamentos, sentimentos e suas vivências? São perguntas difíceis de responder. Os autores na sua maioria referem-se dessas questões como se não houvesse espaço para dúvidas. Cohn (2005) Chama a atenção para o risco de se ter uma visão superficial e inocente sobre a infância. Ela destaca que conceitos como “tabula rasa”, “marcadas pelo pecado” ou “seres de um paraíso perdido”, entre outras descrições, revelam uma “imagem negativa da criança” (p. 8). Em outras palavras, o que é discutido é a discordância entre a criança e o mundo social ou as responsabilidades da vida adulta. Cohn enfatiza, então, a importância de compreender a criança e seu universo a partir da sua própria concepção. A autora defende que: “se realmente queremos responder a essas indagações, é preciso nos livrarmos de ideias rotuladas e tentar entender a realidade infantil pelo que ela é, e não pelo que desejamos que ela nos mostre” (COHN, 2005, p. 8 citado por Frota, 2007).

Assim como acontece com a infância, a adolescência também é vista hoje como uma construção histórica, com significados que estão longe de serem fixos ou imutáveis. Como afirma Pitombeira (2005), a ideia de uma adolescência naturalizada e homogênea só pode ser

entendida em relação à sociedade que a moldou. Dessa forma, as características “naturais” da adolescência só fazem sentido quando analisadas dentro do contexto histórico que as produziu. No entanto, nem sempre se falou da adolescência dessa maneira. Para muitos especialistas em desenvolvimento humano, a adolescência é vista como um período marcado por transformações físicas, cognitivas e sociais, que em conjunto ajudam a definir essa fase da vida. Hoje, a adolescência é descrita como uma etapa do desenvolvimento humano que serve como uma ponte entre a infância e a vida adulta. Nessa perspectiva, ela é interpretada como um período caracterizado por fases críticas que orientam o jovem na construção de sua subjetividade. Sendo assim, reduzir a adolescência apenas a uma fase de transição seria de tal maneira um tanto que limitante, pois ela é muito mais complexa (Pitombeira, 2005).

O estudo pelo tema vem ao encontro a uma forma de orientação, deve-se levar em conta algumas preocupações em relação a transição da criança para uma fase, a qual é considerada desconhecida pelo indivíduo, como ter a sensação de entrar em um túnel escuro, o qual o outro lado não se sabe ao certo o que deve esperar, o que irá encontrar, com incertezas se haverá luz ao chegar no final. É um momento de mudanças intensas, tanto físicas, quanto emocionais.

Existem algumas preocupações, as quais precisa ser considerada importantes, tais como:

1. Mudanças hormonais e físicas: puberdade, crescimento, desenvolvimento.
2. Desenvolvimento emocional: autoimagem, autoconceito, autoestima, interpretação das emoções.
3. Mudanças sociais: relacionamentos e imposição social.
4. Desenvolvimento cognitivo: pensamento crítico, tomada de decisões.
5. Busca por sua independência e autonomia.

Outras preocupações que se pode levar em consideração, são algumas incertezas, as quais o indivíduo traz em sua bagagem, em forma de questionamentos a si mesmo, "Quem sou eu?", "O que quero ser?", "Como vou lidar com as mudanças?", "Vou ser aceito pelos outros?" e "O que acontecerá no futuro?". Pensando em uma maneira de auxiliar essa criança à passar por essa experiência, é importante que ela possa contar com uma rede de apoio, logo, seus cuidadores possam ter o preparo com algumas orientações, assim tendo a possibilidade de tentar amenizar tais angustias que vem junto aos questionamentos, sendo algumas delas, o apoio da família e sociedade, uma comunicação clara, honesta, um preparo na educação

emocional e desenvolvimento de habilidades sociais, o incentivo à exploração e experimentação do novo, uma rotina de comportamentos saudáveis, respeitando cada indivíduo, pois uma criança é única e cada uma tem seu ritmo de desenvolvimento.

Na sua opinião, o que poderia inserir a mais, para contribuir para as crianças nesse processo de transição?

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa é uma revisão narrativa de literatura de natureza qualitativa, cujo objetivo é explorar o tema Da Infância à Adolescência: Explorando a crise existencial na transição. A busca por fontes foi realizada em bases de dados de artigos científicos em sites, como Scielo, Google Scholar. Para a separação dos materiais, foram selecionadas palavras-chave em português com objetivo de ampliar o alcance das publicações relacionadas. Entre as palavras-chave utilizadas, destacam-se: infância, adolescência, crise existencial, transição, desenvolvimento. A critérios temporais foram utilizadas publicações dos últimos 15 anos, assim garantir a atualidade e relevância dos estudos analisados.

Para o desenvolvimento na construção da tese, buscou-se selecionar estudos mais relevantes e atuais que abordam a intersecção no âmbito da psicologia, garantindo que a análise fosse abrangente e bem fundamentada. O objetivo central foi explorar e compreender como ocorre a transição da infância para a adolescência sob a perspectiva da psicologia. No que diz respeito à construção da tese, a pesquisa se propôs a analisar as contribuições de autores e correntes teóricas que examinam os impactos psicológicos da crise existencial na adolescência, considerando-a como um elemento essencial na constituição do sentido existencial do indivíduo. Ao longo da análise, foram abordadas questões relacionadas ao desenvolvimento do indivíduo, na resiliência emocional e no enfrentamento de crises existenciais. O estudo busca trazer à luz a importância do diálogo entre a psicologia e outras áreas. A metodologia aplicada foi fundamentada em textos acadêmicos e científicos que oferecem bases sólidas para a argumentação.

7483

3 DESENVOLVIMENTO

3.1 Infância

A primeira infância, conforme Elkonin (1987), é dividida em dois períodos: primeiro ano de vida e os três primeiros anos propriamente ditos. Nos primeiros meses, o bebê chega ao mundo com um sistema sensorial desenvolvido graças ao ambiente intrauterino e à saúde

materna. Dependente dos cuidados dos adultos, o bebê não pode se comunicar com palavras, então, desenvolve uma interação peculiar com seu cuidador, por meio de expressões emocionais e olhares. Essa “comunicação emocional direta”, como Elkonin definiu, é a principal forma de conexão nesse período (Elkonin, 1987).

O cuidador, gradualmente, interpreta e atende às necessidades do bebê, tornando-se o centro da experiência psicológica da criança (Bozhovich, 1985). Essa relação emocional permite que o adulto apresente o mundo ao bebê, disponibilizando objetos e elementos da realidade social para exploração. Muitas vezes, supõe-se que o desenvolvimento do bebê depende apenas de seu aspecto fisiológico, devido à limitada interação social nessa fase. Contudo, o ser humano nasce imerso em uma realidade social, a qual influencia e molda seu desenvolvimento (Bozhovich, 1985).

A infância é dividida em dois períodos principais: a idade pré-escolar, que vai dos três aos seis anos, e a idade escolar, entre seis e dez anos. Nesse estágio inicial, a criança começa a entender as relações sociais dos adultos e o uso de objetos dentro dessas relações, ainda que não possa participar plenamente delas. Esse processo desperta no desenvolvimento infantil a brincadeira de papéis, ou “faz de conta”.

Conforme Elkonin (1987), nessa fase pré-escolar, a criança assume papéis de adultos, mostrando interesse por profissões ao observar as atividades cotidianas dos adultos em sua volta. A essência dessa brincadeira está na compreensão das regras e responsabilidades associadas ao papel do adulto, algo que a criança explora enquanto imita o que vê no seu ambiente social (Elkonin, 1987).

Em uma abordagem crítica ao sistema educacional no contexto do capitalismo, questiona-se a visão reducionista que enxerga a escola apenas como um meio para qualificar a força de trabalho. Em sua pesquisa, Asbahr (2011) encontrou que, na prática, os estudantes muitas vezes não se envolvem nas atividades escolares, e os motivos aparentes para estarem na escola, como qualificação para o mercado e ascensão social, não são suficientes para motivá-los no processo de aprendizagem (Asbahr, 2011).

A referência aos estudos soviéticos e à teoria de Elkonin (1987) aponta para a importância de uma motivação para o estudo que se desenvolve no final da idade pré-escolar. Segundo essa teoria, a atividade de estudo deveria ser o eixo do desenvolvimento infantil na idade escolar, fomentando o pensamento abstrato e a capacidade de organização científica do conhecimento. No entanto, o autor questiona se a escola realmente cumpre esse papel, ou

se está mais alinhada a interesses externos que não priorizam o desenvolvimento intelectual completo do estudante (Elkonin, 1987).

Além disso, o texto evidencia a precariedade na garantia de habilidades básicas, como a escrita e a matemática, conforme os dados do SAEB/ANA (2018), que apontam que uma parcela significativa dos estudantes brasileiros apresenta proficiência insuficiente, refletindo a ineficácia do sistema em atender as necessidades formativas dos alunos. O trecho sugere que, para um desenvolvimento educativo mais robusto, seria necessário identificar as verdadeiras motivações das crianças para estar na escola, indo além da visão puramente instrumental e mercadológica (SAEB/ANA, 2018).

Apesar do desmembramento e o domínio do conhecimento tenham restringido a visão sobre fenômenos sociais, as pesquisas sobre a infância têm ganhado espaço em diversas áreas das ciências humanas e sociais. No Brasil, diferentes disciplinas se dedicam ao estudo da infância, destacando a Pedagogia e a Psicologia. Outras áreas, como História, Antropologia, Sociologia e Ciência Política, também contribuem para essa investigação, mesmo que ainda de maneira menos intensa (Rocha, 1999).

Nos anos 1970, Rosemberg (1976, p. 1470) já destacava a importância de estudos interdisciplinares sobre a infância. Ao criticar a abordagem tradicional da Psicologia, ele sugeria que se expandisse essa perspectiva: “enquanto a Psicologia não fizer apelo à Antropologia, continuaremos apenas a ensinar crianças”. Rossetti-Ferreira (2004) aponta que a Psicologia do desenvolvimento passou a reconhecer a necessidade de compreender e examinar fenômenos complexos de forma integrada e abrangente. Da mesma forma, a Antropologia admite que o estudo de crianças apresenta desafios, pois elas nem sempre são vistas como sujeitos plenamente válidos de investigação (Cohn, 2005).

Na década de 1940, Fernandes (1961) analisou como crianças interagiam nas ruas de São Paulo, enfocando suas formas de se relacionar em grupos e adotando uma metodologia que as considerava como informantes centrais. Apesar disso, esse estudo não incentivou a continuidade de pesquisas sociológicas com foco nas crianças no Brasil. O avanço dos estudos sobre a infância concentrou-se, principalmente, nas áreas da Pedagogia e da Psicologia, conforme apontado por Rocha (1999).

A Teoria Histórico-Cultural discorre sobre o desenvolvimento infantil, de forma geral, o desenvolvimento humano, vem ser um processo que integra o amadurecimento orgânico e a história cultural, formando um único conjunto. Ao organizar as experiências

educacionais para a infância, é importante levar em conta não só o que a criança consegue realizar, mas também o desgaste físico, cognitivo e psicológico que essas atividades podem gerar, com atenção às consequências que possíveis sobrecargas podem ter em aspectos afetivos e cognitivos.

O texto apresentado aborda conceitos fundamentais sobre o desenvolvimento humano na infância, enfatizando a importância da Educação Infantil como um período singular para a formação da personalidade e a construção de estruturas psíquicas essenciais. A abordagem de Zaporozhets (1987) reforça que essa etapa é crucial para o desenvolvimento de habilidades sociais e morais, como colaboração, respeito ao outro e empatia, criando uma base sólida para interações mais complexas no futuro (Zaporozhets, 1987).

Além disso, o texto destaca uma visão humanista da infância, considerando-a como um processo de crescimento progressivo que requer respeito aos ritmos naturais da criança. Esse entendimento coloca a escola como um espaço para potencializar o desenvolvimento humano, valorizando práticas pedagógicas que respeitem o tempo de maturação e as necessidades da criança.

Para isso, propõe-se um modelo educacional que priorize o brincar, a socialização e o diálogo. Essa perspectiva alinha-se a teorias contemporâneas da educação que reconhecem o brincar como uma atividade central na aprendizagem e no desenvolvimento infantil, permitindo que as crianças explorem o mundo de forma criativa e significativa, enquanto desenvolvem competências sociais e emocionais.

Essa abordagem rejeita práticas que priorizem resultados imediatos, reforçando a importância de um processo educativo que seja respeitoso, inclusivo e centrado na criança, favorecendo um crescimento saudável e integral. Esse tipo de processo reconhece que o crescimento emocional, cognitivo e social não é um de forma linear e automático, mas sim uma construção que deve ser seguida por práticas educativas que estimulem a curiosidade, a expressão individual e coletiva, e a reflexão crítica, respeitando cada criança.

Conforme Zaporozhets (1987), condições pedagógicas ideais para o desenvolvimento harmonioso das crianças não são criadas por meio de um ensino antecipado e forçado. Pelo contrário, é preciso proporcionar experiências amplas e diversificadas nas atividades infantis, como o brincar e o interagir, que são fundamentais para o surgimento de qualidades espirituais e traços essenciais da personalidade humana madura, características que se formam de modo mais propício durante a primeira infância (Zaporozhets, 1987).

3.2 Adolescência

A adolescência, reconhecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como uma fase do desenvolvimento humano, que envolvem aspectos cronológicos, físicos, sociais e culturais (OMS, 2009). Segundo a OMS, essa fase se designa na no período de 10 e 19 anos, separada em duas etapas: a pré-adolescência (dos 10 aos 14 anos), marcada pelo início das alterações físicas, hormonais e pela maturação cognitiva e sexual; e a adolescência (dos 15 aos 19 anos), que envolve a integração social, o enfrentamento das limitações e o desenvolvimento saudável (OMS, 2009). No contexto brasileiro, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) define o adolescente como um indivíduo em processo de desenvolvimento, com idade entre 12 e 18 anos (Brasil, 1990).

Essa fase do ciclo de vida humano é sinalizada por transições biopsicossociais significativas. É o momento de desconstrução da infância, que contribui para a maturação, a independência, a reorganização emocional, a inclusão em grupos sociais e mudanças físicas (Brasil, 2017). No âmbito psicossocial, essa fase traz mudanças nas interações escolares, uma experimentação intensa de novas emoções, a busca por maior autonomia e independência familiar, e a tendência de vivenciar novos comportamentos, muitas vezes desafiando normas e conceitos estabelecidos. Já no campo biológico, observam-se alterações físicas e hormonais notórias, entre outras (Costa et al., 2019; Malta et al., 2014). Assim, a saúde dos adolescentes pode ser profundamente impactada, afetando seu desenvolvimento e bem-estar na vida adulta.

7487

A compreensão da adolescência evoluiu significativamente com o desenvolvimento das teorias humanas, que passaram a ver essa fase não apenas como um período de mudanças inevitáveis, mas como uma etapa de potencial transformação positiva, rica em interações entre fatores individuais e contextuais. As perspectivas atuais destacam a importância de um paradigma sistêmico, no qual as relações entre o adolescente e o meio que o cerca são cruciais para moldar suas trajetórias.

Historicamente, o estudo da adolescência se divide em duas fases: a primeira, até a década de 1970, consistia em descrever aspectos isolados do comportamento adolescente, frequentemente associando essa fase a “tempestades e estresses” inevitáveis. Teorias biológicas, psicanalíticas e cognitivas buscavam explicar a adolescência a partir de dicotomias, como o que é herdado versus adquirido, ou estabilidade versus mudança, sem integrar plenamente esses aspectos.

A segunda fase, iniciada na década de 1970, trouxe uma abordagem mais contextualista, dando ênfase às interações dinâmicas entre o indivíduo e o ambiente, além da influência contínua do tempo e do espaço. O modelo do curso de vida e a abordagem bioecológica de Bronfenbrenner transformaram a visão do desenvolvimento humano, compreendendo-o como um processo interativo e probabilístico. Esse desenvolvimento ocorre de forma integrada, com fatores genéticos, ambientais e culturais, exigindo um olhar mais holístico e interdisciplinar.

No século XXI, um enfoque voltado para o “desenvolvimento positivo” começou a substituir a visão predominantemente deficitária da adolescência, promovendo uma perspectiva que reconhece o adolescente como uma fonte de recursos valiosos. Esse novo olhar incentiva o desenvolvimento de políticas e programas de apoio ao jovem, que enfatizam valores como caráter, empatia, confiança e responsabilidade social. Em lugar de enxergar a adolescência como um período de conflitos, passa-se a vê-la como uma etapa de grandes oportunidades, na qual intervenções adequadas, que levem em conta as relações contextuais e ecológicas, podem fortalecer o desenvolvimento saudável e positivo, tanto do adolescente quanto de seu entorno.

A noção de self, identidade e subjetividade na Psicologia referem-se à compreensão da pessoa como um todo, e não apenas a comportamentos ou processos mentais isolados (McAdams & Marshall, 1996; Rey, 2004). A concepção tradicional de self se alinha com a filosofia de pensadores como Descartes, Kant e Piaget, tratando-o como a consciência de si próprio, uma entidade autônoma e independente. Essa visão está fundamentada no racionalismo e defende um modelo individualista do self. No entanto, essa perspectiva é questionada por autores como Lopes de Oliveira (2003), Nelson (2000) e Sinha (2005), que sugerem abordagens que contemplam o self de maneira mais integrada e relacional, rompendo com a ideia de uma unidade psíquica isolada.

A visão da subjetividade é um processo dialógico e plural, contrastando com a ideia de um self individualizado e autossuficiente. Em vez disso, o self é visto como interdependente, moldado por interações sociais e inserido em contextos socioinstitucionais, com a linguagem atuando como um elemento central para sua organização (Hermans, 2001; Lopes de Oliveira, 2003). Essa abordagem destaca como os processos de significação, influenciados por matrizes socioculturais e temporais, formam uma cultura pessoal que integra tanto aspectos afetivos quanto racionais (Branco & Valsiner, 1997; Valsiner, 1989).

Na análise da subjetividade, o texto sublinha o papel central da narrativa na expressão e constituição da identidade, refletida na "identidade narrativa". Esse conceito permite ao sujeito organizar e transformar suas experiências em histórias. Essas narrativas atuam tanto como prática social, que permite ao sujeito comunicar sua experiência privada no contexto sociocultural, quanto como atividade auto-epistêmica, permitindo ao indivíduo reconhecer-se, transformar-se e assumir uma postura ética diante de suas vivências e significados (De Finna, 2003; Wortham, 2000; Windershoven, 1994).

Na perspectiva sócio-histórica, a adolescência não é vista como uma etapa natural entre a infância e a vida adulta, mas sim como uma construção social que impacta profundamente a subjetividade e o desenvolvimento do indivíduo na sociedade moderna. Esse período da vida é interpretado e moldado pelas interações sociais e pelos significados atribuídos pelas pessoas, ao invés de ser considerado uma fase natural de desenvolvimento. Embora a adolescência envolva transformações corporais, estas são significadas socialmente, e não apenas vistas como mudanças biológicas naturais.

Existem diversas características que definem a adolescência, além dos traços físicos. As mudanças no corpo, como o desenvolvimento dos seios nas meninas e a força muscular nos meninos, são interpretadas de maneira culturalmente construída, sem serem vistas unicamente como características naturais do corpo. No passado, por exemplo, os seios de uma menina poderiam ser associados à função de amamentação futura. Hoje, porém, eles são frequentemente percebidos como atributos de sensualidade. Da mesma forma, a força muscular nos meninos, que já foi valorizada como preparação para o trabalho, a caça ou a guerra, agora é muitas vezes associada à beleza, sensualidade e masculinidade.

Assim, a juventude é interpretada através de suas relações sociais e, com base nesses significados construídos socialmente, os jovens encontram os elementos para formar suas identidades. Para a abordagem sócio-histórica, estudar a adolescência não significa perguntar “o que é a adolescência”, mas “como essa fase do desenvolvimento foi historicamente formada”. Esse entendimento requer a análise da adolescência no contexto mais amplo em que foi gerada, reconhecendo que é essa totalidade que lhe dá sentido e forma.

A adolescência é um período de “latência social”, que surge a partir das demandas da sociedade capitalista, como a preparação para o mercado de trabalho e a extensão do tempo escolar. Essas mudanças históricas e sociais criaram uma fase de afastamento dos jovens do trabalho e do ingresso pleno na vida adulta, como um tempo de preparo. Segundo Clímaco

(1991), essa nova condição coloca o jovem em uma situação paradoxal: ele possui capacidade cognitiva, afetiva e fisiológica para participar do mundo adulto, mas é mantido à margem, aguardando para integrar-se de fato na sociedade.

Com isso, aumenta-se a dependência dos jovens em relação aos adultos, ainda que eles tenham condições de serem mais autônomos. Esse distanciamento do mundo do trabalho e da autonomia gera características típicas da adolescência, como crises de identidade, busca de pertencimento, necessidade de questionamento e fantasia, atitudes rebeldes, e uma sensação de onipotência. Tais traços, descritos pela Psicologia, não são naturais, mas sim resultantes desse contexto histórico e social. A chamada “moratória” da adolescência foi instituída pela sociedade como uma forma de garantir que os adultos permaneçam no mercado de trabalho, enquanto os jovens se preparam para as exigências de um mundo em constante evolução tecnológica.

3.3 Relevância

Na população brasileira, cerca de 10,8% dos adolescentes apresentam psicopatologias, sendo os distúrbios de comportamento disruptivo e ansiedade os mais comuns, segundo Silva (2008). Esses dados reforçam a necessidade de atenção para a saúde mental dos jovens, considerando que o último Censo Demográfico do IBGE (2010) destinou aproximadamente 35 milhões de pessoas entre 10 e 19 anos no Brasil, representando 18,9% da população.

7490

Embora essa faixa etária constitua uma parcela significativa e vulnerável à psicopatologia e ao estresse, apenas nas últimas décadas a importância da saúde mental dos jovens ganhou reconhecimento, a partir de estudos que forneceram estimativas da prevalência de transtornos mentais entre adolescentes. Um levantamento de publicações nacionais entre 1995 e 2005 mostra o crescimento na produção científica sobre a adolescência e a saúde mental, trazendo um reconhecimento da comunidade científica da importância de investimento nessa área (Benetti et al., 2007). Esses estudos apontam para a alta demanda por saúde mental entre adolescentes, que são um grupo propenso a desenvolver problemas como depressão, transtornos de conduta, distúrbios alimentares, entre outros.

3.4 ECA – Estatuto da criança e do adolescente e Conselho Tutelar

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela Lei Federal nº 8.069/1990, reforça o princípio da proteção integral, assegurando que crianças e adolescentes

sejam reconhecidos como sujeitos de direitos e em fase de desenvolvimento, o que demanda atenção e cuidado específicos. A norma, que regulamenta o artigo 227 da Constituição Federal, estabelece que é dever da família, da sociedade e do Estado garantir proteção prioritária a esse público.

Seguindo a doutrina de proteção integral, o ECA prevê uma atuação integrada entre órgãos e instituições públicas e entidades da sociedade civil para promover essa proteção. Tal integração visa assegurar a responsabilização por violações de direitos, seja por ação ou omissão, e a utilização eficaz dos instrumentos de proteção previstos na legislação. O ECA, portanto, exige uma articulação entre os diversos atores do sistema de garantia de direitos, assegurando que crianças e adolescentes tenham suas necessidades atendidas de maneira plena e integrada.

O Sistema de Garantia de Direitos da criança e do adolescente no Brasil foi moldado por uma trajetória de lutas e resistências, e também por mudanças legislativas significativas. Dois marcos históricos transformaram a maneira como esses direitos foram concebidos e aplicados. O primeiro foi a criação do Código de Menores, que, embora ainda distante de uma visão integral, foi a primeira legislação a tratar crianças e adolescentes de forma diferenciada dos adultos. Por meio dele, foi introduzida a Doutrina de Proteção do Menor em Situação Irregular, que possibilitava a institucionalização de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, mas os abordava a partir de uma perspectiva de controle e correção social, vinculando seu bem-estar à separação do ambiente familiar considerado inadequado.

7491

Em 1990, o segundo marco, a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instaurou a Doutrina de Proteção Integral, redefinindo crianças e adolescentes como sujeitos plenos de direitos, que exigem cuidado prioritário e proteção integral. Essa mudança estabeleceu a necessidade de políticas públicas intersetoriais para garantir os direitos fundamentais dos jovens e enfatizou a participação de família, Estado e sociedade civil na construção de um ambiente de proteção e desenvolvimento saudável. Assim, o ECA não só rompeu com a lógica punitiva do Código de Menores, como também lançou as bases para a criação de um sistema de proteção inclusivo e responsável.

O sistema atual busca garantir que os direitos das crianças e adolescentes sejam assegurados de forma integral, através de uma rede de apoio formada por instituições públicas, órgãos de justiça e entidades da sociedade civil. Embora desafios persistam,

principalmente na efetivação de políticas de prevenção e inclusão, o ECA continua a ser um marco legal que fundamenta o Sistema de Garantia de Direitos e representa um avanço essencial na promoção dos direitos de crianças e adolescentes no Brasil.

Os Conselhos Tutelares no Brasil são órgãos fundamentais para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes, conforme estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e incentivado pela Constituição Federal de 1988. Criados para assegurar a proteção integral, os Conselhos Tutelares representam um importante mecanismo de controle social com participação popular, permitindo que a comunidade tenha voz na implementação e monitoramento de políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes.

De acordo com o ECA, o Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) recomenda a criação de, pelo menos, um Conselho Tutelar para cada 200 mil habitantes, com a possibilidade de ajustes conforme a demanda social e a extensão territorial da área. Essas unidades, chamadas de microrregiões, são compostas por cinco conselheiros tutelares, eleitos pela comunidade, que atuam diretamente na proteção e defesa dos direitos da população infantojuvenil em suas localidades.

Além de atender denúncias e casos de violação de direitos, os Conselhos Tutelares desempenham um papel proativo na promoção de condições de vida adequadas para crianças e adolescentes. Em regiões onde há maiores índices de denúncias ou situações de vulnerabilidade, os Conselhos Tutelares tornam-se ainda mais essenciais, contribuindo para que os direitos das crianças e adolescentes sejam respeitados e protegidos em todas as esferas da sociedade.

O Conselho Tutelar desempenha um papel fundamental na proteção dos direitos de crianças e adolescentes por meio de diversas ações e medidas de atendimento. Essas ações incluem visitas domiciliares, diligências, escuta de interessados e realização de estudos e pesquisas para orientar o Poder Público. Além disso, o Conselho aplica medidas protetivas e socioeducativas sempre que os direitos da criança e do adolescente são ameaçados ou violados, seja por conduta inadequada, falta ou omissão dos pais e responsáveis, ou mesmo por falhas da sociedade e do Estado (SIMÕES, 2009).

De acordo com o ECA, o Conselho Tutelar possui a competência para aplicar sete medidas de proteção, que visam garantir a segurança e o desenvolvimento da criança e do adolescente. Entre essas medidas estão o encaminhamento aos responsáveis, a requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, a matrícula e frequência obrigatória em

instituição de ensino, e a inclusão em programas comunitários de auxílio. Outras medidas incluem o apoio para tratamento de dependências, como alcoolismo e toxicomania, e, quando necessário, o abrigo em entidades especializadas (BRASIL, 1990). Essas ações do Conselho Tutelar buscam assegurar o bem-estar dos menores, contribuindo para que seus direitos fundamentais sejam respeitados e promovidos.

3.5 A transição da infância para adolescência

Na Psicologia do Desenvolvimento, o conceito de adolescência é amplamente utilizado para definir a fase que se encontra entre a infância e a adultez. Essa etapa ganhou grande relevância nas discussões sobre gênero nas últimas décadas. A expressão “transição de gênero” sugere a mudança de um ponto de identidade de gênero para outro – por exemplo, do feminino para o masculino, ou vice-versa. Partindo desse princípio, o desenvolvimento humano também pode ser visto como uma “transição”, onde a adolescência representa um movimento culturalmente construído entre a infância e a vida adulta. Sabemos que esses conceitos são mutáveis, e são continuamente criados e recriados ao longo da história.

Quando falamos de gênero, essa transição existe porque vivemos sob construções históricas e sociais impostas, que definem normas de comportamento e expressão. Essas construções, originadas de uma perspectiva colonial, normalizam as expressões de gênero de forma a excluir ou marginalizar outras formas de identidade que fogem ao padrão binário. Essa imposição cultural, ao criar barreiras para outras possibilidades de expressão e identificação, acaba por legitimar formas de opressão e dominação sobre minorias sexuais e outras formas de vivência de gênero, gerando relações de desigualdade e perpetuando estruturas de poder.

A puberdade marca fisiologicamente a transição da infância, sinalizando o despertar para novos interesses e experiências, inclusive aqueles relacionados à sexualidade. Nessa fase, o adolescente passa a interagir com um conjunto de regras e expectativas sociais que orientam a construção de sua identidade biopsicossocial. Essas normas, contudo, não surgem do indivíduo em si, mas de um conjunto de desejos, práticas e ideologias que preexistem à sua identidade pessoal (Butler, 2004).

Quando um adolescente não se identifica com as normas e expectativas de gênero impostas socialmente, surge a questão de como responder a essa dissociação. Ao invés de patologizar ou tentar “corrigir” essa falta de encaixe, como a rotulação da disforia de gênero

ou a imposição de um processo transexualizador para ajustar a identidade do sujeito às convenções sociais, é necessário adotar uma abordagem mais inclusiva e compreensiva. O questionamento não deveria ser sobre como encaixar o indivíduo nas expectativas de gênero, mas como apoiar seu processo único de identidade, respeitando as múltiplas formas de expressão que vão além do binarismo imposto. Dessa forma, evita-se a exclusão e permite-se que cada pessoa desenvolva uma identidade autêntica, livre de pressões normativas e opressivas.

A estabilidade do comportamento anti-social da infância para a adolescência, trazendo algumas evidências empíricas, com ênfase nas implicações de longo prazo e nas diferenças de gênero.

Na última década, foram mostradas através de pesquisas um aumento tanto na prevalência quanto na gravidade dos comportamentos problemáticos em crianças e adolescentes, especialmente os anti-sociais, que estão entre os problemas de externalização mais comuns (Achenbach & Howell, 1993; Crijnen et al., 1997; Verhulst & Van der Ende, 1992). Sinais de comportamento anti-social e problemas de externalização são identificáveis já na primeira infância e podem ser precursores de dificuldades mais sérias na adolescência e idade adulta, como criminalidade e problemas de saúde mental (Campbell, 1995; Campbell et al., 1994). Embora o comportamento anti-social seja mais prevalente em meninos (Breslow et al., 1999; Eley et al., 1999; Storvoll & Wichstrom, 2002), estudos longitudinais com meninas mostram que elas também apresentam estabilidade nesses comportamentos ao longo do tempo, e essas tendências de externalização são preditores de problemas de ajustamento na vida adulta (Wangby et al., 1999). Estudos sugerem que manifestações do comportamento anti-social podem aparecer já aos 18 meses de idade, como agressão e destruição de objetos (Keenan & Shaw, 1998), e até mesmo antes disso, por meio de características como um temperamento difícil (Patterson et al., 2000). Essas evidências indicam a importância da identificação e intervenção precoce para prevenir o agravamento dos comportamentos anti-sociais e seus impactos a longo prazo.

A adolescência vem como uma construção social que surgiu especialmente na sociedade moderna, onde a ausência de ritos de passagem formalizados cria uma transição pouco definida entre a infância e a vida adulta. Sem esses rituais, os adolescentes têm dificuldades em identificar seu papel, o que intensifica os conflitos e as incertezas características dessa fase de transição.

Conforme Santos (1996), a adolescência representa um período de conflito, que se estabelece onde os mecanismos tradicionais de iniciação, que anteriormente transformavam a criança em adulto, foram deslocados ou se desintegraram. Neste contexto, a escola assume um papel central na configuração da adolescência, pois o prolongamento da permanência dos jovens no ambiente escolar e a extensão gradual do período de aprendizado contribuem para consolidar a condição adolescente, dando-lhe visibilidade e importância na sociedade (Santos, 1996).

Além disso, o estudo revela que grupos que entram precocemente no mercado de trabalho e são afastados do sistema escolar frequentemente se "adultizam", perdendo a oportunidade de vivenciar a adolescência como uma fase distinta de desenvolvimento. Esses jovens não experimentam a adolescência como um período de formação, ao contrário dos que permanecem no ambiente escolar.

As reflexões de Clímaco (1991) e Santos (1996) são essenciais para compreender que a adolescência é, na verdade, uma resposta às demandas da sociedade moderna. Ela se forma na interação com adultos, enquanto os jovens buscam entender e estabelecer seu lugar na sociedade, construindo sua identidade nesse processo de relação e confronto com as expectativas sociais (Clímaco, 1991 e Santos, 1996).

7495

3.6 Crise Existencial.

O texto apresentado explora a clínica humanista-existencial e o papel da crise existencial no processo de ressignificação da vida. A partir da perspectiva de Abritta e Carneiro (2008), a busca por significado na existência humana é uma constante ao longo da história, evidenciada por manifestações culturais como arte, poesia, literatura, rituais e crenças. No entanto, no mundo contemporâneo, marcado pela predominância da tecnologia e a valorização material, há um empobrecimento da experiência humana, que demanda um reencontro consigo mesmo, como forma de resgatar a autenticidade da existência (Abritta e Carneiro, 2008).

O conceito de "ressignificação" está centralizado na ideia de que, diante de dificuldades ou crises, os indivíduos podem atribuir novos significados aos eventos da vida, promovendo, assim, seu crescimento pessoal. A angústia, considerada uma condição inerente à existência humana, surge como um motor para a transformação, possibilitando que o indivíduo amadureça e se aproprie de sua própria experiência de forma mais integrada.

A crise existencial, como definido por Santos (2016), é uma ruptura na estabilidade da vida cotidiana, caracterizada pela desordem biopsicossocial, que pode gerar estranhamento e desorganização nas atividades habituais. A psicologia humanista-existencial trabalha com a premissa de que a crise é uma oportunidade para o indivíduo se confrontar com sua existência, possibilitando a ressignificação de sua trajetória e a construção de novos projetos de vida. Essa abordagem busca não curar o indivíduo de seus problemas, mas criar um ambiente terapêutico que permita a autocompreensão e o fortalecimento interno, facilitando o crescimento pessoal (Santos, 2016).

Assim, a clínica humanista-existencial propõe que, em momentos de crise, ao invés de se concentrar apenas nos sintomas ou doenças, o foco deve estar na promoção da saúde, entendida de forma holística, incluindo o bem-estar físico, mental e social. Esse enfoque ajuda os indivíduos a reconstruírem sua identidade e a se reinventarem continuamente ao longo da vida.

Portanto, a crise existencial não é vista como um obstáculo, mas como um ponto de virada que pode levar à transformação, ao amadurecimento e à renovação do sentido da vida. Através de uma abordagem respeitosa e sem julgamentos, a psicologia humanista-existencial busca proporcionar aos indivíduos um espaço seguro para a reflexão e a reconstrução de si mesmos, visando sua realização pessoal e a conquista de uma existência mais autêntica e significativa.

7496

A psicologia existencial-humanista observa que a ansiedade contemporânea reflete a subjetividade moldada pela sociedade pós-moderna, caracterizada por uma cultura individualista e narcisista. Essa cultura valoriza o “eu” e a satisfação imediata, em detrimento de compromissos mais profundos consigo mesmo e com o outro. Esse foco no individualismo dificulta a busca genuína e responsável por significados na vida, tornando os desafios da existência ainda mais complexos (Teixeira, 2012).

Além disso, o predomínio da racionalidade e da tecnologia nas relações e comportamentos promove uma fragmentação da psique. A ênfase excessiva na razão inibe a espontaneidade, a afetividade e a criatividade, resultando numa subjetividade fragmentada. A conexão entre pensamento e afeto enfraquece, o que leva a uma experiência interna dissociada e ao desenvolvimento de sintomas de ansiedade.

Nesse contexto, o indivíduo tende a criar expectativas desconectadas da realidade, vivendo em constante estado de espera e ansiando por um futuro idealizado. Ao focar no

que está por vir, ele sacrifica a espontaneidade e o crescimento pessoal, prejudicando sua capacidade criativa no presente. Esse processo gera um impacto negativo no bem-estar, pois envolve uma busca por algo que permanece fora de seu alcance e sem concretude.

3.7 Qual a contribuição a abordagem humanista pode ajudar no processo da adolescência.

O ser humano, desde os tempos antigos, tem se dedicado a compreender o sentido de sua existência. A busca por esse sentido é um tema central em diversas áreas do conhecimento, como filosofia, arte, literatura, matemática e religião. Cada uma dessas disciplinas se debruça sobre a questão de maneira própria, explorando diferentes perspectivas e abordagens para entender o significado da vida e a experiência de estar vivo. No contexto da psicologia moderna, o estudo do sentido da vida (SV) se insere como uma questão fundamental, sendo essencial retomar as raízes filosóficas que moldaram o pensamento ocidental.

A filosofia grega, especialmente com pensadores como Sócrates, Platão e Aristóteles, oferece os alicerces para essa reflexão. Sócrates, por exemplo, questionava o sentido da vida humana a partir da busca pela sabedoria e pela verdade. Platão, em suas obras, tratava da ideia de uma vida orientada para o bem e para o conhecimento verdadeiro, enquanto Aristóteles, com sua ética da virtude, acreditava que o sentido da vida poderia ser encontrado na busca pela felicidade (eudaimonia), que é alcançada por meio do cultivo das virtudes e da razão.

Esses pensadores estabeleceram o campo para um entendimento mais profundo da natureza humana e do sentido da existência, que ecoa até os dias de hoje. Na psicologia moderna, essa tradição filosófica é essencial para entender como a busca pelo sentido de vida está ligada ao bem-estar psicológico, à autorrealização e à construção de um propósito pessoal. Portanto, a filosofia grega não apenas influenciou a psicologia, mas ajudou a formar as bases para o estudo do sentido da vida como um aspecto essencial da experiência humana.

O conceito de Projeto de Vida na visão humanista existencial é fundamentado na liberdade do indivíduo de escolher e criar seu próprio caminho, ao invés de ser determinado por forças externas ou pré-existentes. Essa abordagem vê a vida como uma jornada contínua de autodescoberta, na qual o ser humano busca encontrar sentido e propósito em suas escolhas, sendo o verdadeiro autor de sua existência. Influenciado por pensadores como Sartre, Kierkegaard, Frankl, May, Rogers e Maslow, esse conceito enfoca o processo de

construção de uma vida autêntica e significativa, promovendo o crescimento pessoal e a autorrealização.

Elementos centrais do Projeto de Vida:

1. **Liberdade e Responsabilidade:** Os seres humanos são livres para fazer suas próprias escolhas e devem assumir a responsabilidade por essas escolhas. A liberdade é vista como a condição para encontrar sentido e propósito na vida, como enfatizado por Sartre, que defende que o sentido não é dado de fora, mas é criado pelas próprias ações e decisões do indivíduo.

2. **Autenticidade:** Viver de forma autêntica é fundamental, o que significa ser fiel a si mesmo, aos próprios valores e crenças, e não se submeter às expectativas externas. Carl Rogers destaca que, para alcançar essa autenticidade, é necessário viver sem medo do julgamento dos outros e expressar os próprios sentimentos e desejos de forma clara e verdadeira.

3. **Desenvolvimento Pessoal:** O ser humano é, por natureza, movido pela busca por autoconhecimento, crescimento e autoexpressão. O Projeto de Vida implica esse processo contínuo de evolução, com o objetivo de alcançar a autorrealização, como proposto por Maslow. A terapia humanista, como a centrada no cliente de Rogers ou a logoterapia de Frankl, busca criar um ambiente de aceitação e empatia para que o indivíduo explore suas emoções e crenças, ajudando-o a se tornar quem realmente é.

4. **Busca por Sentido:** Segundo Viktor Frankl, o sentido da vida não é algo dado, mas algo que cada pessoa deve encontrar por si mesma ao longo de sua jornada, frequentemente através de escolhas significativas e desafios pessoais. Esse sentido é encontrado não apenas na busca pela felicidade, mas também ao enfrentar adversidades e agir com um propósito.

O Processo de Autodescoberta, no modelo humanista existencial, a exploração do self é uma jornada dinâmica e contínua. O projeto de vida não é um ponto fixo, mas uma construção constante e mutável, onde as pessoas são encorajadas a refletir sobre suas escolhas, valores e aspirações. Esse processo envolve não apenas o enfrentamento da angústia existencial, mas também a capacidade de viver com incerteza e de transformar essa incerteza em um motor para a ação autêntica.

Em resumo, o Projeto de Vida na visão humanista existencial se concentra na criação de uma vida autêntica, significativa e em constante evolução, a partir de uma profunda conexão com a própria liberdade, responsabilidade e valores internos. Isso envolve um

contínuo processo de reflexão e escolha, com foco no desenvolvimento pessoal e na busca por sentido, alinhado com a liberdade individual e a responsabilidade sobre as próprias ações.

A psicoterapia existencial-humanista oferece uma abordagem significativa para indivíduos que enfrentam a ansiedade, ao promover uma reorganização na percepção que têm de sua própria existência. Nesse contexto, o terapeuta existencial desempenha o papel de facilitar o autoconhecimento do cliente, ajudando-o a explorar e compreender seus valores, crenças e objetivos. Esse processo estimula o questionamento de seu projeto de vida, permitindo que ele o assuma de forma mais livre e autêntica (Teixeira, 2012).

No encontro terapêutico, a autenticidade é um elemento central, uma vez que o despertar da autocompreensão permite ao indivíduo desenvolver maior controle sobre questões essenciais à sua existência. Essa transformação pessoal é potencializada quando o terapeuta adota uma postura genuína e congruente, expressando de forma aberta suas emoções e atitudes, sem artifícios. Essa transparência promove um ambiente de confiança, no qual o cliente se sente seguro para explorar seu próprio ser e buscar mudanças significativas.

4 CONCLUSÃO

7499

Em conclusão, a adolescência emerge como uma fase de profundas transformações biopsicossociais, marcada por mudanças físicas, emocionais e cognitivas. Em meio a essas transformações, o adolescente enfrenta um período de intensos questionamentos e conflitos existenciais, enquanto busca construir sua identidade e entender seu papel na sociedade. A ausência de ritos de passagem institucionalizados e a extensão do tempo na escola evidenciam o caráter moderno e socialmente construído dessa fase, que exige apoio e compreensão dos cuidadores e do meio social.

É essencial que os adolescentes tenham acesso a um ambiente de apoio que valorize o desenvolvimento emocional, a expressão da individualidade e o respeito à sua singularidade. Nesse contexto, a atuação da família, da escola e da sociedade é fundamental para oferecer suporte emocional, promover habilidades de enfrentamento e garantir um espaço seguro para que os jovens explorem suas questões existenciais. Dessa forma, a adolescência pode ser vivenciada como um processo enriquecedor e construtivo, preparando o indivíduo para enfrentar os desafios da vida adulta com maior segurança e autonomia.

A adolescência é uma fase incrível e desafiadora, cheia de mudanças, descobertas e sonhos. É um tempo de novas possibilidades, onde cada dia traz uma chance de aprender mais sobre você mesmo e o mundo ao seu redor. Às vezes, as coisas podem parecer confusas e os desafios podem parecer grandes demais, mas lembre-se de que cada dificuldade é também uma oportunidade para crescer, aprender e se fortalecer.

Nessa jornada, é normal sentir dúvidas sobre quem você é e para onde está indo. Esses questionamentos fazem parte do seu caminho e são fundamentais para que você possa entender o que realmente importa para você. Tenha paciência consigo mesmo e com o processo, e valorize cada passo que dá.

Permita-se explorar, errar e recomeçar quantas vezes for preciso. Nunca deixe que o medo de falhar impeça você de tentar coisas novas ou de ser quem você realmente quer ser. Cerque-se de pessoas que apoiam você, e busque sempre aprender com elas, mas também acredite na sua própria voz e na sua capacidade de encontrar o seu caminho.

Confie que as respostas que você busca virão com o tempo e que, mesmo diante das incertezas, você é forte o suficiente para enfrentar o que vier. Seja gentil consigo mesmo e permita-se sonhar alto, porque você tem tudo o que precisa para alcançar coisas incríveis.

7500

REFERÊNCIAS

SALLES, L. M. F.. Infância e adolescência na sociedade contemporânea: alguns apontamentos. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, v. 22, n. 1, p. 33-41, jan. 2005. Acesso 08/out/2024, SciELO - Brasil - Infância e adolescência na sociedade contemporânea: alguns apontamentos Infância e adolescência na sociedade contemporânea: alguns apontamentos

Monte Coelho Frota, Ana Maria Diferentes concepções da infância e adolescência: a importância da historicidade para sua construção *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, vol. 7, núm. 1, abril, 2007, pp. 147-160 Universidade do Estado do Rio de Janeiro Rio de Janeiro, Brasil. Acesso em 08/out/2024 Diferentes concepções da infância e adolescência: a importância da historicidade para sua construção

SENNA, S. R. C. M.; DESSEN, M. A.. Contribuições das teorias do desenvolvimento humano para a concepção contemporânea da adolescência. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 28, n. 1, p. 101-108, jan. 2012. Acesso 30/out/2024 <https://www.scielo.br/j/ptp/a/fpKByLWpTT8BY4Yv9kRH6pB/#>

PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 25, n. 1, 57-82, jan./jun. 2007 83 <http://www.perspectiva.ufsc.br>. Acesso 05/nov/2024 <file:///C:/Users/Usu%C3%A9rio/Downloads/Inf%C3%A2ncia%20e%20humaniza%C3%A7%C3%A3o%20algumas%20considera%C3%A7%C3%B5es%20na.pdf.crdownload.pdf>

MÜLLER, F.; HASSEN, M. DE N. A.. A infância pesquisada. **Psicologia USP**, v. 20, n. 3, p. 465-480, jul. 2009. Acesso 05/nov/2024 <https://www.scielo.br/j/pusp/a/7GwJ7wsWFRB68NK3npKmZDt/#>

VIEIRA, G. P.; DIAS, A. C. G.. Sentido de vida: compreendendo este desafiador campo de estudo. **Psicologia USP**, v. 32, p. e200149, 2021. Acesso 05/nov/2024. <https://www.scielo.br/j/pusp/a/VwNSjZkzfSzFtfrk6CRzfyn/#> Bezerra, Larissa Campos, 1997. Acesso 05/nov/2024 <http://repositorio.unitau.br/jspui/handle/20.500.11874/5784> v. 2, n. 2 (2023) > Silva Acesso 05/nov/2024 <https://revistas.icesp.br/index.php/Real/article/view/5066/2891>

OLIVEIRA, M. C. S. L. DE .. Identidade, narrativa e desenvolvimento na adolescência: uma revisão crítica . **Psicologia em Estudo**, v. 11, n. 2, p. 427-436, maio 2006. Acesso 06/nov/2024 <https://www.scielo.br/j/pe/a/pB6Rn6NbJgKzRb3dnv35qtn/#>

PACHECO, J. et al.. Estabilidade do comportamento anti-social na transição da infância para a adolescência: uma perspectiva desenvolvimentista. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 18, n. 1, p. 55-61, jan. 2005. 11/nov/2024. <https://www.scielo.br/j/prc/a/MkvhYtZhZ6wNt8YhRjzXHqx/#>

OLIVEIRA, Elbes Campos de MARTINS, Maria das Graças Teles, n. 5, p. 84-97, julho 2021. Acesso em 12/nov/2024 <https://downloads.editoracientifica.com.br/articles/210504766.pdf>

BOCK, A. M. B.. A adolescência como construção social: estudo sobre livros destinados a pais e educadores. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 11, n. 1, p. 63-76, jan. 2007. Acesso em 12/nov/2024. <https://www.scielo.br/j/pee/a/LJkJzRzQ5YgbmhcnkKzVq3x/#>

7501

INTERAÇÃO EM PSICOLOGIA | vol 24 | n 03 | 2020. Acesso em 12/nov/2024. file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/aascaduto,+Se%C3%A7%C3%A3o+especial+-+Art.+4+-+72810_19_12_20+1.pdf

Acesso em 12/nov/2024. <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/publicacoes/o-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente>

Revista Humanidades e Inovação v.5, n. 1, pag 224 - 2018. Acesso em 12/nov/2024. [file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/805-Texto%20do%20artigo-3860-1-10-20181221%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/805-Texto%20do%20artigo-3860-1-10-20181221%20(1).pdf)